

## **Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas**

Eugênio Alvarenga Ferrari<sup>1</sup>, Marcos Marques de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa - UFV. Departamento de Educação (DPE). Avenida Peter Henry Rolfs, s/n. Viçosa - MG. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense - UFF.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: ferrari@ctazm.org.br*

**RESUMO.** O artigo propõe uma reflexão sobre a pouca articulação e ações conjuntas entre as instâncias nacionais que promovem o movimento da educação do campo e o movimento da agroecologia, mesmo que comunguem princípios comuns e se vinculem à mesma base social. Sistematiza o contexto e a trajetória de construção de ambos os movimentos, buscando entender suas identidades e diversidades, assim como as possibilidades de mais interação e aprendizagem mútua. O contexto tem como pano de fundo o processo de modernização conservadora da agricultura, vinculado à questão agrária no Brasil. Na trajetória de constituição de uma expressão nacional destes movimentos identifica-se a falta de articulação e troca de experiências de suas instâncias de organização nacional, na construção de suas concepções metodológicas e na incidência sobre políticas públicas. Só recentemente a pauta de um movimento se imbrica na de outro e percebe-se que há experiências acumuladas e aprendizados conquistados em cada um, capazes de fortalecê-los mutuamente, sem prejuízo a sua especificidade. No contexto atual se faz necessário ampliar as alianças no campo democrático e popular, explicitando a diversidade destas experiências e as possibilidades de maior articulação na construção de um projeto popular para o campo e para o Brasil.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Agroecologia, Movimentos Sociais, Políticas Públicas.

## **Rural Education and Agroecology: possibilities of articulation from the identity and diversity in their conceptions and practices**

**ABSTRACT.** The article analyzes the small articulation between the national bodies that promote the movements of rural education and agroecology. It systematizes the context of construction of both movements, seeking to understand their identities and diversities, as well as the possibilities of more interaction and mutual learning. The context has as a background the process of conservative modernization of Brazilian agriculture. The hypothesis is that in the constitution of these movements there is a lack of articulation and exchange of experiences of their instances of national organization, both in the construction of their methodological conceptions and in the incidence on public policies. Only recently have the two political guidelines mixed. In the current context, it is necessary to broaden the alliances in the democratic and popular field, explaining the diversity of these experiences and the possibilities of greater articulation in the construction of a popular project for the countryside and for Brazil.

**Keywords:** Rural Education, Agroecology, Social Movements, Public Policies.

## **Educación del Campo y Agroecología: posibilidades de articulación de la identidad y la diversidad en sus concepciones y prácticas**

**RESUMEN.** El artículo analiza la pequeña articulación entre las instancias nacionales que promueven los movimientos de la educación del campo y de la agroecología. Sistematiza el contexto de construcción de ambos movimientos, buscando comprender sus identidades y diversidades, así como las posibilidades de más interacción y aprendizaje mutuo. El contexto tiene como telón de fondo el proceso de modernización conservadora de la agricultura brasileña. La hipótesis es que en la constitución de estos movimientos hay una falta de articulación y de intercambio de experiencias de sus instancias de organización nacional, tanto en la construcción de sus concepciones metodológicas y en la incidencia sobre políticas públicas. Sólo recientemente las dos pautas políticas vienen mezclándose. En el contexto actual, se hace necesario ampliar las alianzas en el campo democrático y popular, explicitando la diversidad de estas experiencias y las posibilidades de mayor articulación en la construcción de un proyecto popular para el campo y para Brasil.

**Palabras-clave:** Educación del Campo, Agroecología, Movimientos Sociales, Política Pública.

## Introdução

A participação em um debate em 2017, sobre o tema “Educação do Campo e Educação em Agroecologia: diálogos e convergências”, nos motivou a refletir sobre a seguinte questão: Não deveria haver mais articulação e ações conjuntas entre as instâncias nacionais que promovem o “movimento da educação do campo” e o “movimento da agroecologia”<sup>i</sup>, se estes comungam princípios comuns e na sua base estão, pelo menos em princípio, os mesmos sujeitos sociais a que se vinculam? A questão não se refere, portanto, à falta de relação entre estes movimentos, uma vez que há diferentes formas de relação ao nível dos territórios onde atuam, principalmente em função do protagonismo e dos vínculos estabelecidos com os mesmos movimentos sociais camponeses. O foco desta reflexão se dá ao nível de suas instâncias nacionais de organização e articulação, representadas respectivamente pelo Fórum Nacional de Educação do Campo – Fonec e pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.

Buscamos esta reflexão compreendendo que a educação do campo e a educação em agroecologia só podem se desenvolver, numa perspectiva popular, de emancipação das classes subalternas de nossa sociedade, na medida em que se

vinculam aos movimentos, aos processos e lutas sociais onde os trabalhadores e trabalhadoras do campo emergem como principais protagonistas. Lutas que integram uma luta mais ampla de emancipação do conjunto das relações sociais no interior das sociedades capitalistas. Citando Frigotto (2010): “Trata-se de uma luta que atinge todas as esferas da vida e que abrange o plano econômico-social, político, cultural, científico, educacional e artístico”. (Frigotto, 2010, p. 19).

Uma inspiração para essa reflexão vem das contribuições de Giovanni Semeraro em seu esforço de análise dos novos embates da filosofia da práxis a partir do pensamento do militante político, filósofo e educador Antonio Gramsci. Se a filosofia pode ser considerada como o estudo dos problemas fundamentais relacionados à existência humana, à busca do conhecimento de nós mesmos, movidos pela curiosidade e sobre os fundamentos da realidade, Gramsci audaciosamente afirma que todo ser humano é filósofo, é intelectual, na medida em que, mesmo não tendo uma consciência teórica absoluta sobre sua ação no mundo, de qualquer forma adquire certo conhecimento do mundo enquanto o transforma (Semeraro, 2017). Segundo Semeraro (2017), para Gramsci, assim como para Karl Marx, a

filosofia está profundamente vinculada ao trabalho e à realidade concreta dos trabalhadores. Esses pensadores nos mostram que a indissociabilidade entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e material, constitui o fundamento do processo de auto-produção do ser humano e a raiz da sua organização coletiva em sociedade.

Ainda de acordo com Semeraro (2006, p. 36):

Tal como Gramsci a apresenta, a teoria do conhecimento (ou filosofia da práxis ou dialética), continua a desempenhar uma função insubstituível, particularmente hoje, em um mundo dominado por uma ordem econômico-político-cultural que, embora decante as conquistas científicas, a diferença e o pluralismo, esteriliza concepções alternativas, reprime aspirações populares, sufoca os conflitos e dissimula as contradições, tudo harmonizando, adaptando, conjugando e subordinando a um pensamento único e naturalizado.

Propusemo-nos, assim, sistematizar o contexto e a trajetória de construção dos movimentos da agroecologia e da educação do campo, buscando entender suas identidades e diversidades, assim como as possibilidades de mais interação e aprendizagem mútua. Nosso propósito é contribuir para seu fortalecimento enquanto espaço de construção de um projeto contra-hegemônico pela classe trabalhadora.

Após esta introdução, procuramos situar o contexto em que estes movimentos surgem e se desenvolvem, que tem como pano de fundo o processo de modernização conservadora da agricultura, que por sua vez se vincula à questão agrária no Brasil. A seguir procuramos identificar os momentos que marcam a trajetória de constituição de uma expressão nacional dos movimentos pela agroecologia e pela educação do campo, destacando as concepções e práticas desenvolvidas ao longo de suas histórias, incluindo algumas referências teóricas e discutindo a relação entre estes movimentos. Finalmente, nem tanto a título de conclusão, mas de abertura de questões para o debate, sinalizamos alguns desafios para os movimentos da educação do campo e da agroecologia.

### **Contexto das disputas de modelos de desenvolvimento para o campo**

É fundamental situarmos o contexto em que emergem as iniciativas no Brasil que, pouco a pouco, vão se constituindo enquanto movimentos sociais protagonistas de propostas contra-hegemônicas, tanto em relação à agroecologia como em relação à educação do campo. Podemos dizer que um pano de fundo importante no início destes movimentos, que diz respeito à questão agrária no Brasil, foi o processo de modernização conservadora da agricultura,

implementado de maneira mais vigorosa a partir da década de 1960.

Para González de Molina (1992), o processo de modernização da agricultura foi produto de um conjunto de desenvolvimentos teóricos no campo da economia que conferiu ao setor agrário um papel relevante no crescimento econômico. Especialmente após a segunda guerra mundial, a modernização da agricultura passou a ser considerada como passo prévio ou necessário para a industrialização. A agricultura deveria viabilizar uma produção crescente de alimentos; a transferência de mão de obra para a indústria; recursos para o desenvolvimento industrial; criação de mercados e ingressos de capitais pela exportação e cooperação internacional. Almeida (1997) acrescenta que se difundiu em todo o mundo a ideia, influenciada por economistas de diferentes matizes ideológicos, de que a agricultura tinha este papel funcional e subsidiário ao setor industrial.

Vários países latino-americanos, a partir de meados da década de 1960, se engajaram, por meio de suas elites governantes, em processos de modernização baseados na busca do aumento da produtividade por meio do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas

geneticamente, da irrigação e da mecanização. O cenário mundial na época, onde a conjunção de uma crise no mercado de grãos alimentícios com o aumento do crescimento demográfico ameaçava originar convulsões sociais em certas regiões do mundo, justificaram os objetivos então estabelecidos (Almeida, 1997).

Brum (1988, p. 60) acrescenta que o fenômeno da modernização:

Pode ser definido ainda como sendo um processo de modificação nas relações sociais de produção. Neste caso, implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro. O objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação. A produção destina-se antes de tudo ao mercado, no qual vai ter atuação privilegiada o segmento que controla a comercialização.

É ainda na década de 1950, momento em que os processos de industrialização e de urbanização se tornavam predominantes, que se polariza na sociedade brasileira o debate a respeito da necessidade da adequação da agricultura às novas exigências do desenvolvimento do país. De um lado tínhamos aqueles que defendiam uma ampla reforma agrária, para quem a democratização do acesso à terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária.

De outro lado, aqueles que defendiam a modernização como condição para desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira. Ou seja, não seria necessário ampliar o número de agricultores a partir da distribuição de terras improdutivas, mas sim aumentar a produtividade por área através das novas tecnologias preconizadas pela modernização. O desfecho deste debate vem com o golpe militar de 1964, quando a aliança do capital financeiro, complexos agroindustriais internacionais, a grande empresa agrícola nacional e o latifúndio passam a promover um processo mais intenso de modernização da agricultura. Processo este impulsionado por políticas governamentais, que no Brasil tiveram como objetivos a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao novo surto de crescimento econômico planejado no pós-1964 (Ferrari, 2017).

As rápidas e profundas transformações no padrão tecnológico e nas relações sociais ocorridas na agricultura brasileira a partir desse período apresentaram como um dos efeitos mais evidentes a intensificação dos processos de exclusão social e de degradação ambiental gerados pelo latifúndio monocultor (Almeida, 1997). Os impactos negativos desse processo nos planos social e ambiental estão fartamente documentados.

Mas cabe aqui destacar suas consequências na desarticulação de sistemas de valores preexistentes, na desorganização de formas tradicionais de sociabilidade e na dissolução de identidades locais a partir da introdução das técnicas industriais de produção, retirando dos camponeses o domínio do conhecimento associado ao seu próprio trabalho. Desta forma expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transfere esse poder para as empresas produtoras das modernas técnicas agrícolas (Petersen & Dias, 2007).

Ainda na atualidade, a natureza da questão agrária permanece no cerne, contém os desafios centrais que estão colocados para a agroecologia e a educação do campo enquanto propostas contra-hegemônicas. Para Delgado (2010, p. 81), a questão agrária está diretamente associada ao domínio do agronegócio sobre o modelo agrário brasileiro:

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que

estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa.

Alentejano (2011) destaca quatro questões inter-relacionadas que considera como nucleares da questão agrária no Brasil, neste início de século: i) a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que dela são derivadas; ii) o controle sobre a tecnologia, o processamento agroindustrial, a comercialização da produção agropecuária e a compra de terras decorrentes do processo de internacionalização da agricultura; iii) a crescente insegurança alimentar, que decorre das transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária e iv) a permanência da exploração do trabalho, da violência e da devastação ambiental no campo brasileiro.

No entanto, precisamos ter claro que, o processo de modernização da agricultura, como base para o avanço do capitalismo no campo, não se deu sem a resistência de vários setores da sociedade, especialmente dos próprios sujeitos excluídos: os

camponeses. É possível afirmar que na atualidade há pelo menos dois diferentes projetos de campo que disputam espaço em nossa sociedade, os quais encerram diferentes perspectivas de desenvolvimento. De um lado um projeto hegemônico<sup>ii</sup>, o chamado agronegócio, que se baseia na grande propriedade fundiária, no uso intensivo de tecnologia “moderna” e na produção em larga escala de commodities, principalmente para exportação. E de outro a chamada agricultura familiar camponesa<sup>iii</sup>, estruturada em pequenas propriedades ou terras comunais, voltada prioritariamente à produção de alimentos para o autoconsumo e para o mercado consumidor local/nacional (Cover & Cerioli, 2015). De um lado o campo visto como lugar de produção de mercadoria e de outro como lugar de produção da vida, de realização da existência do campesinato (Fernandes, 2006; 2012).

Quando buscamos analisar os movimentos da agroecologia e da educação do campo faz-se necessário inseri-los dentro de uma totalidade, ou seja, levando em consideração o modo de produção capitalista, especificamente suas particularidades ao que se refere ao campo e os diferentes projetos em disputa. É necessário compreender as contradições históricas que compõem o campo



brasileiro, contradições que envolvem a luta por autonomia de camponeses, ribeirinhos e povos tradicionais pelo acesso à terra, à educação, à soberania alimentar, frente a internacionalização da agricultura e a constituição de sistemas agroalimentares globais controlados por empresas transnacionais (Ferrari *et al.*, 2018).

### **Origem, concepções e práticas do Movimento Agroecológico e do Movimento da Educação do Campo**

No quadro a seguir são identificados, em paralelo, momentos que marcam a trajetória de constituição de uma expressão nacional dos movimentos pela agroecologia e pela educação do campo. A partir destes marcos buscaremos, de forma sintética, reconstituir essas trajetórias, destacando as concepções e práticas desenvolvidas ao longo de suas histórias, assim como a relativa falta de articulação entre as instâncias nacionais que promovem ambos movimentos.

Quadro 1 - Trajetória dos movimentos pela agroecologia e pela educação do campo.

<b>“Movimento Agroecológico”</b>	<b>“Movimento da Educação do Campo”</b>
1981 – I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) / 1988 – Rede Projetos de Tecnologias Alternativas (Rede PTA)	1997 - I Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária – I ENERA
1999 – I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e Seminário Reforma Agrária e Meio Ambiente	1998 - I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo / Pronera
2002 – I Encontro Nacional de Agroecologia(IENA) e criação da Articulação Nacional de Agroecologia(ANA) 2003 – Incidência na Política de ATER etc. / I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) 2004 – II CBA e criação da ABA-Agroecologia	2003 - GT Educação do Campo junto ao Ministério da Educação (MEC) 2004 - II Conferência Nacional / Programas Saberes da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo
2006 – II ENA / Marco Referencial Embrapa	2007 – Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) / 2008/2009 - 32 IES parceiras
2011 – Encontro de Diálogos e Convergências 2012 – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) 2013 - I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I Planapo) 2014 – III ENA	2010 - Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) 2010 - Decreto 7352/2010 institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) 2012 – Pronacampo / 42 Cursos de Licenciatura em Educação do Campo
2015 – II Planapo	2015 – III Seminário Nacional do Fonec / II ENERA

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Caldart (2012); Molina & Sá (2012); Monteiro & Londres (2017).

No período que se segue ao golpe militar, com grande repressão aos movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária, foi sob o manto das igrejas autodenominadas progressistas (católica e algumas protestantes), “... instituições de grande capilaridade no meio rural e que escapavam aos controles repressivos do Estado, que surgiram espaços para que as famílias camponesas refletissem sobre suas realidades e buscassem formas de enfrentar as situações de privação a que estavam subordinadas”. (Monteiro & Londres, 2017, p. 54).

Reunidas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as famílias de agricultores buscavam valorizar iniciativas inovadoras, as práticas culturais locais e formas de convívio social e cooperação voltadas para o melhor uso dos recursos locais na construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais (Petersen & Almeida, 2006). Foi exatamente a partir das CEBs que se (re)estruturaram grande parte das organizações camponesas que integram atualmente o movimento agroecológico e o movimento da educação do campo, e que estes movimentos deram seus primeiros passos.

Ainda na década de 1970, a crítica ao processo de modernização da agricultura no Brasil, feita por pesquisadores nas

universidades públicas, influenciados por autores e estudos realizados em outras partes do mundo, começa a ganhar corpo e influência, fornecendo argumentos para a denúncia dos seus impactos no meio ambiente (Padula *et al.*, 2013). A construção da ideia de um modelo de agricultura alternativo ao preconizado pela modernização, cresce e vai ganhando escala nacional junto aos profissionais e estudantes de agronomia. A partir de debates realizados em seus respectivos congressos, organizam o I EBAA, em 1981, que pode ser considerado um primeiro marco na constituição de um movimento agroecológico de abrangência nacional.

Concomitantemente, a partir da abertura democrática nos anos 1980, os movimentos populares no campo se reorganizam e são criadas entidades de assessoria que passam a lhes prestar apoio na crítica aos efeitos sociais e econômicos da modernização, aos processos de expropriação a que foram submetidas as comunidades camponesas, bem como na formulação e disseminação de alternativas a este modelo. É o momento em que se constitui a Rede Projetos de Tecnologias Alternativas - Rede PTA, organizada nacionalmente a partir de projetos desenvolvidos nas regiões sul, sudeste e nordeste do país, e que atuavam

diretamente junto às comunidades camponesas, com a clareza de que seus conhecimentos deveriam ser valorizados e de que eles próprios deveriam ser os agentes de transformação social (Monteiro & Londres, 2017; Padula *et al.*, 2013; Petersen & Almeida, 2006).

Mas é somente no final dos anos 1980 e início da década de 1990, que o conceito e o enfoque da agroecologia<sup>iv</sup> ganha corpo junto às entidades de assessoria e nas universidades. Fortemente vinculada a fontes ancestrais de conhecimento, a agroecologia revaloriza o saber popular (tradicional ou indígena) como fonte de inspiração para modelos que possam ter validade nas condições atuais. A valorização destes conhecimentos não desautoriza os achados do método científico, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas (Ferrari, 2017).

A assessoria das organizações da Rede PTA junto às comunidades camponesas, a partir do enfoque da agroecologia, sob influência da ação das CEB's e das propostas da Educação Popular<sup>v</sup>, desenvolve abordagens metodológicas inovadoras que colocam a sabedoria popular e o saber acadêmico em uma relação de complementaridade, permitindo que as famílias e comunidades camponesas se apropriem de

conhecimentos que dificilmente teriam condições de construir sem o aporte do método científico, aumentando seus horizontes de possibilidades para gerirem autonomamente os recursos que tem à disposição e aprimorar seus meios de vida, entre eles a criatividade coletiva (Petersen & Dias, 2007).

O conceito de agroecologia evolui aos poucos no sentido de compreendê-la enquanto ciência, prática e movimento (Wezell *et al.*, 2009). Como ciência, a agroecologia se caracteriza por ser multidisciplinar, aportando as bases do novo paradigma científico, que procura ser integrador, sistêmico. É a partir do diálogo entre cientistas e camponeses, na diversidade de conhecimentos e de técnicas desenvolvidas na agricultura camponesa que se desenvolveu a abordagem da agroecologia enquanto ciência (Caldart, 2016). Como prática, a agroecologia resgata e ressignifica práticas tradicionais de manejo dos agrossistemas com uso de recursos locais (recursos biológicos, naturais e também conhecimentos) que promovem autonomia (Ploeg, 2008). Como movimento, a agroecologia se vincula às lutas pela construção da agricultura camponesa no século XXI, na qual abarca a socialização da propriedade da terra (e a reforma agrária popular), a diversidade cultural dos povos do campo, e

as diferentes formas de trabalho camponês (Caldart, 2016).

São estas lutas, como formas de resistência, intervindo na alteração dos processos produtivos e no trabalho, numa ampla gama de práticas heterogêneas e crescentemente interligadas que, na opinião de Ploeg (2009), estão presentes no florescimento da agroecologia e se constituem na principal força motriz de muitas formas de desenvolvimento rural autóctone presente em várias partes do mundo. A relação orgânica entre a agricultura camponesa e agroecologia “... vem se tornando uma referência fundamental para se pensar a reconstrução ecológica da agricultura no mundo, desde um referencial político e epistemológico vinculado ao polo do trabalho”. (Caldart, 2016, p. 308).

Neste sentido, a agroecologia surge enquanto resultado das contradições do modo de produção capitalista de se fazer agricultura e, de forma dialética, produto também da resistência histórica de camponeses que não se sujeitam a lógica de reprodução do capital (Caldart, 2016), que promovem a reprodução ampliada da vida ancorados em conhecimentos tradicionais, mediados pelo trabalho camponês.

Ao seu turno, é também no período da redemocratização, em que a sociedade

brasileira vivenciava o processo de saída do regime militar, que movimentos populares participam da organização de espaços públicos defendendo a educação do campo enquanto direito dos trabalhadores do campo. O esforço feito nesse momento foi de articular experiências históricas de luta e resistência, como as do Movimento dos Sem Terra – MST, das Escolas Família Agrícola – EFAs, do Movimento de Educação de Base - MEB, das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, ampliando-se a compreensão de que os povos do campo tinham direito a uma educação que os fortalecessem enquanto sujeitos de sua própria história (Caldart, 2012).

Para Caldart (2012), a educação do campo, enquanto prática social ainda em processo de constituição histórica, possui algumas características que, do nosso ponto de vista, contribuem na elucidação de identidades com a prática social da agroecologia: i) a educação do campo não nasceu como teoria educacional, suas questões e desafios iniciais foram e continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica, mas que exige teoria e rigor de

análise da realidade concreta; ii) combina a luta pela educação com a luta pela terra, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território, portanto não se restringe à educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela; iii) defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem; iv) suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos; v) reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo, movendo-se pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro.

Portanto, tanto para o movimento da agroecologia como para o movimento da educação do campo não se pode prescindir de um compromisso político com a luta social pelo avanço da agricultura camponesa. Tanto as experiências agroecológicas como as escolas do campo dependem dos processos de territorialização da agricultura camponesa, “...enquanto concepção e práticas que

confrontam as relações sociais capitalistas no campo”. (Caldart, 2016, p. 310).

A concepção de escola do campo que emerge no bojo desse movimento é, portanto, uma concepção gerada a partir das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo (Molina & Sá, 2012). Para Molina e Sá (2012, p. 327):

A concepção de escola do campo se insere também na perspectiva gramsciana da Escola Unitária<sup>vi</sup>, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas que materializem o projeto marxiano da formação humanista omnilateral, com sua base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora.

Se para o movimento agroecológico o I EBAA pode se configurar como um marco inicial, o I ENERA, organizado pelo MST, é um marco inicial da constituição de um movimento nacional pela educação do campo. É após a sua realização que se organiza, em 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, a partir da qual se intensificou o debate e a incidência na formulação de políticas públicas, com a criação do Pronera, neste mesmo ano.

Em paralelo, o nascente movimento agroecológico, apesar de acumular experiências significativas em várias regiões do país e de se articular de forma a

fortalecê-las mutuamente, também se ressentia da pouca capacidade de expressão e de incidência nas políticas públicas ao nível nacional. A partir de reflexões feitas no I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e no Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, realizados em 1999, durante o período da campanha para eleições presidenciais de 2002 é organizado o I ENA, envolvendo representantes de organizações e comunidades camponesas de todas as regiões brasileiras, momento em que é constituída a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA (Monteiro & Londres, 2017). Neste período, a ANA estabelece entre seus objetivos dar visibilidade às experiências em agroecologia, promover a interação entre elas, e formular críticas e propostas de políticas públicas.

O primeiro governo Lula (2003/2006) é marcado, assim, como um período de forte incidência de ambos os movimentos, da agroecologia e da educação do campo, na formulação e implementação de políticas públicas. Para ambos a disputa pela hegemonia não se dá somente no âmbito da sociedade civil, mas também dentro do Estado. A história brasileira foi marcada por várias conquistas e afirmação da perspectiva democrática, graças a pressões exercidas pelas lutas

populares junto ao Estado, que apesar de hegemonizado pelo capital não é exclusivamente expressão das classes dominantes, carrega em si as contradições de uma sociedade dividida em classes.

A II Conferência Nacional pela Educação do Campo, realizada 2004, com representantes de diferentes organizações sociais e também escolas de comunidades camponesas, demarca a ampliação dos sujeitos da luta pela educação do campo. O lema desta conferência, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: “a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam a sua universalização”. (Caldart, 2012, p. 262).

Buscando enfrentar as novas políticas neoliberais para a educação e para a agricultura, o movimento da educação do campo considera como conquistas neste período, no âmbito do Ministério da Educação - MEC: a resolução nº 1 de 03/04/2002 (Diretrizes Operacionais da Educação do Campo); a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (2003) e da Secretaria Educação Básica do Campo de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,

assim como o Programa Saberes da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo (Molina & Sá, 2012; Oliveira & Campos, 2012).

Já o movimento agroecológico, capitaneado pela ANA, passa a incidir prioritariamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, influenciando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, reestruturados pelo governo Lula. Mas também em programas geridos por outros ministérios e órgãos do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (e mais tarde no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), o marco legal relacionado às sementes, dentre outros. Em 2004, o movimento passa a contar também com a Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, reunindo principalmente pesquisadores, professores e técnicos da extensão rural. O Marco Referencial em Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, pode ser considerado como uma das conquistas da ABA- Agroecologia neste período (Monteiro & Londres, 2017).

O curioso é notar que não há uma articulação ou coordenação, nem mesmo troca de experiências, entre as instancias de

organização nacional do movimento agroecológico e da educação do campo, ou seja entre a ANA e o Fonec, tanto na construção de suas concepções metodológicas, de sua “pedagogia”, como na incidência sobre políticas públicas, sendo que essa incidência é feita no mesmo período (em alguns casos envolvendo o mesmo órgão governamental) e todas relacionadas à mesma questão: de construção de um do projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro a partir da perspectiva dos trabalhadores. Acrescente-se ainda que na base destes movimentos se encontram os mesmos sujeitos camponeses e populações tradicionais: povos do campo, das florestas e das águas. Retornaremos a este ponto mais adiante.

Contudo, se no início dos anos 2000 podemos assistir a inúmeros avanços nas políticas públicas que fortalecem as iniciativas de agroecologia e educação do campo, como resultado da incidência política dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em diferentes movimentos sociais, a possibilidade de um “projeto de campo camponês”, que seja hegemônico no Brasil, se torna cada vez mais distante no horizonte. A capacidade de pressão do agronegócio sobre o Estado, no sentido da renovação e ampliação das estratégias de avanço do capitalismo no campo, se torna

cada vez mais vigorosa, não obstante traga consigo novas contradições.

O poder hegemônico do capital sobre o Estado, mesmo em um governo onde foram fortalecidos ou criados importantes espaços de diálogo com as organizações da sociedade civil, faz com que este privilegie seu apoio na expansão dos monocultivos destinados à exportação, cujos impactos afetam diretamente as comunidades camponesas, fortalecendo o agronegócio e sua dinâmica expansiva sobre territórios ocupados pela agricultura familiar camponesa e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Somado a isso, assistimos a uma série de violações de direitos territoriais com a expansão e implantação de projetos de mineração e grandes obras de infraestrutura de um modelo de desenvolvimento econômico predatório de bens naturais (Monteiro & Londres, 2017).

Como nos lembra Caldart (2012, p. 262), “lutar por políticas públicas em uma sociedade de classes como a nossa, quando são políticas pressionadas pelo pólo do trabalho, acabam confrontando a lógica de mercado, que precisa ser hegemônica em todas as esferas da vida social para garantir o livre desenvolvimento do capital”.

Do ponto de vista da educação do campo, o Estado não consegue operacionalizar a universalização do

direito à educação aos camponeses sem uma disputa pelos fundos públicos que se dirigem ao avanço do agronegócio, inclusive em suas práticas de educação corporativa, pois na lógica desse modelo dominante não é a educação do campo que interessa, mas aquela voltada para a preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura (Caldart, 2012). Não é a autonomia dos camponeses em relação às sementes, aos demais insumos e conhecimentos necessários à produção que interessa, pois o que está em jogo é a disputa de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade, se vinculando estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da questão agrária.

Porém, dialeticamente, o avanço do capitalismo no campo, travestido nos anos 2000 sob a égide do “agronegócio”, é confrontado pela pressão articulada dos movimentos de trabalhadores do campo que continuam a disputa, ampliando alianças a partir de outras demandas e na direção de outro projeto.

O movimento agroecológico em seu II Encontro Nacional realizado em 2006, demarca um novo campo na disputa ideológica ao colocar no centro dos



debates o antagonismo dos projetos de desenvolvimento rural, de um lado representado pelo avanço do agronegócio e de outro o fortalecimento da agricultura familiar camponesa com base nos princípios da agroecologia. Amplia seu arco de alianças neste debate com a realização do Encontro de Diálogos e Convergências, em 2011, em parceria com a ABA-agroecologia, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Rede Alerta contra o Deserto Verde, Marcha Mundial das Mulheres e Articulação de Mulheres Brasileiras. Da mesma forma na construção do III Encontro Nacional de Agroecologia em 2014<sup>vii</sup>, o qual conta com uma nova e significativa participação de representantes de movimentos de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco etc.) e das juventudes vinculadas ao campo. Os próprios movimentos sociais do campo e das florestas passam a dar mais atenção a agroecologia em suas pautas e lutas a partir dos anos 2000<sup>viii</sup> (Monteiro & Londres, 2017).

Cabe destacar uma inovação na forma de ação política do movimento agroecológico na realização destes

encontros: a realização de leituras compartilhadas sobre os conflitos e projetos em disputa nos territórios e a sistematização participativa das experiências que evidenciam a contribuição da agroecologia no importante papel que a agricultura familiar camponesa e populações tradicionais cumprem para o conjunto da sociedade. Um processo que vem se desenvolvendo a partir de caravanas agroecológicas e culturais e outras atividades coletivas que, além de dar visibilidade aos impactos positivos das experiências, assim como aos conflitos que ameaçam ou limitam a expansão da agroecologia, contribui para tecer alianças políticas importantes com outras redes e movimentos da sociedade civil (Monteiro & Londres, 2017).

Aqui, novamente nos vem a referência de Semeraro (2017), quando aborda o pensamento de Gramsci sobre os desafios para se compreender as relações de força em sociedades avançadas e complexas, como é a nossa atualmente, e de como conseguir formar uma vontade coletiva, unificada, capaz de realizar a disputa pela hegemonia:

Gramsci apresenta a política como “arte de imaginação criativa” que precisa ser aprendida pelas classes populares para conjugar inseparavelmente análise da realidade concreta e intervenção política, elementos da estrutura e da superestrutura, as múltiplas variáveis

em jogo no campo de forças sociais e a construção de um bloco histórico, de modo a conseguir a construção da hegemonia e a configuração do próprio Estado. (Semeraro, 2017, p. 43).

Como resultado da maior articulação e visibilidade de suas propostas, o movimento pela agroecologia logra incidir na formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, que envolve vários ministérios e tem dois Planos Nacionais implementados (Planapo I e II), respectivamente em 2012 e 2015. Evidentemente que as pautas de negociação de diferentes movimentos camponeses (que fazem parte da ANA) com o governo federal, e especialmente a Marcha das Margaridas em 2012, tiveram um papel fundamental na instituição desta política, mas nos referimos aqui ao processo capitaneado pela ANA, que foi reconhecida como importante interlocutora pelo governo federal para o debate e proposição da PNAPO. Tanto é assim que o governo apoiou a ANA para a realização de seminários regionais e nacional para a construção da PNAPO. A instituição da PNAPO torna-se assim um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico, tendo os seminários realizados pela ANA se constituído em um processo muito rico e mobilizador na construção das propostas que foram apresentadas ao governo federal (Monteiro

& Londres, 2017), processo este que contribuiu sobremaneira no fortalecimento da identidade e coesão do movimento agroecológico e da própria ANA.

O movimento pela educação do campo também amplia sua articulação com a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo – Fonec, em 2010, que conta com a participação de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com destaque agora para uma participação mais ampliada de universidades e institutos federais de educação. Identificam-se como conquistas importantes a partir deste período o decreto da Presidência da República que dispôs sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, em 2010. E em 2012 o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, que tem entre suas ações o Edital de Seleção N. 2/2012, o qual viabiliza a implantação de 42 Cursos Licenciatura em Educação do Campo, abrangendo todas as regiões do país (Molina & Sá, 2012; Caldart, 2012).

Entretanto, o golpe parlamentar - jurídico – midiático que destituiu Dilma Roussef da presidência da república, em 2016, trouxe consigo um enorme retrocesso no plano dos direitos sociais e humanos, e das políticas públicas duramente conquistadas nos anos recentes.

Em relação às políticas para o campo, podemos destacar: a reforma agrária foi paralisada; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estão sendo sucateados; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto; o Programa Bolsa Família vem sendo drasticamente reduzido; foram feitos cortes drásticos nos orçamentos do PAA, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do Programa de Cisternas para o Semiárido. Medidas antipopulares avançam no Congresso Nacional, a partir de uma ação articulada da bancada ruralista em favor das grandes corporações do agronegócio e em detrimento do interesse público, como, por exemplo, a proposta de flexibilização da lei dos agrotóxicos.

### **Desafios para a educação do campo e a agroecologia**

Retomamos aqui a questão levantada, anteriormente, sobre a pouca articulação e ação conjunta das instancias nacionais do movimento agroecológico e do movimento da educação do campo durante essa trajetória de conquistas e retrocessos, apesar de inequívocos pontos de confluência e identidade.

Levantamos esta questão, acrescentando que uma articulação maior

entre as instancias nacionais destes movimentos só começa avançar mais a partir de meados da década de 2010, a partir de nossa vivencia e participação no Núcleo Executivo e Coordenação Nacional da ANA, no período de 2002 a 2015, mas também a partir de algumas evidências. Dentre outras podemos citar: i) no Manifesto à Sociedade Brasileira produzido a partir da reunião do Fonec em 2012 o termo agroecologia só é citado pontualmente nas considerações iniciais, não aparece em nenhum momento nas proposições; ii) no relatório síntese das conclusões e proposições da oficina de planejamento do Fonec para o período de 2013/2014 não consta proposições de ação do Fonec relacionadas à promoção da agroecologia na educação do campo ou de articulação com as redes e fóruns de agroecologia; iii) a educação do campo, igualmente, aparece de forma marginal na Carta Política do II ENA (2006) e não consta como um tema articulador dos debates realizados neste encontro; iv) a ANA se articula com variadas redes, fóruns e organizações do campo popular na construção do Encontro de Diálogos e Convergências em 2011, mas não consegue se articular com o Fonec, que poderia ter dado importantes contribuições na análise das disputas nos territórios a partir do “olhar” da educação do campo; v)

as pouquíssimas e marginais iniciativas que constam no I PLANAPO, ao nosso ver, decorre da não participação de lideranças expressivas do movimento da educação do campo no seu processo de construção, ou da falta de articulação e diálogo com o Fonec neste processo<sup>ix</sup>.

Nos encontros nacionais de agroecologia, promovidos pela ANA, a educação do campo só aparece como tema mobilizador do debate a partir do III ENA, em 2014. O mesmo pode se verificar nos CBAs, onde também é relativamente recente a introdução da educação do campo nas mesas de debate, assim como a participação de membros do Fonec nestas mesas. Nos encontros organizados pelo Fonec, é em 2015 que aparece a proposição de articular as lutas da educação do campo com outros fóruns e espaços de participação e proposição de políticas públicas, dentre elas a agroecologia, muito embora não tenha havido a participação neste encontro de representantes das redes de agroecologia ou da ANA. No documento final da reunião do Fonec em 2019 já aparece, como orientações político-organizativas para atuação unificada das articulações de educação do campo, a discussão sobre formas de avançar na relação orgânica entre a educação do campo e a agroecologia nos cursos, nas atividades de

formação e na pesquisa. Como destaca Caldart (2016, p. 266) é necessário “encontrar/construir com urgência e paciência caminhos firmes para o vínculo orgânico das escolas do campo com processos de trabalho e de luta que estão construindo a agricultura camponesa agroecológica como parte da alternativa do trabalho à ordem do capital”.

Consideramos que seria possível levantar algumas hipóteses explicativas sobre esta relativa falta de articulação no início da trajetória destes movimentos, mas neste momento em que percebemos já estar em curso um processo de aproximação das instâncias organizativas dos movimentos da agroecologia e da educação do campo, talvez o mais importante seja refletir sobre como esta articulação pode se intensificar a partir dos acúmulos políticos e metodológicos que cada uma alcançou.

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que há muitas identidades entre a educação do campo e a agroecologia, mas há diferenças de enfoques e estratégias das instâncias nacionais que as promovem publicamente. No atual contexto, em que se faz necessário ampliar as alianças no campo democrático e popular, talvez seja importante explicitar essa diversidade e como ela pode se articular mais na construção de um projeto popular para o campo e para o Brasil. Retomando

Semeraro (2006, p. 15): “buscar a real identidade na aparente diversidade e contradição, e descobrir a substancial diversidade dentro da aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e, contudo, essencial capacidade do crítico das ideias e do histórico do desenvolvimento social”.

Para dar um exemplo, podemos citar o acúmulo metodológico e político do movimento agroecológico na realização dos ENAs. Diferente dos Encontros Nacionais do Fonec, onde predominam grandes plenárias com palestras e debates, e em alguns momentos discussões em grupos, o ENA é todo estruturado para que os sujeitos das experiências agroecológicas sejam protagonistas também do evento, onde se privilegia espaços de troca de experiências, como as oficinas e seminários temáticos, a “feira de saberes e sabores”, a construção de instalações artísticas pedagógicas que reproduzem as disputas territoriais. Outra significativa inovação dos ENAs é sua concepção mais como um processo de que um evento. O evento em si é o ponto de culminância de um processo que se inicia cerca de um ano antes nas comunidades e regiões, que envolve a realização de intercâmbios, sistematizações de experiências, seminários/encontros

locais/estaduais/regionais, caravanas territoriais dentre outras iniciativas.

Por outro lado, há acúmulos importantes no movimento da educação do campo, expressos nas sínteses e nas incidências políticas realizadas a partir do Fonec, que poderiam enriquecer muito não só os debates realizados na ANA em torno do tema da educação, mas a sua ação na construção e monitoramento de políticas públicas de promoção da agroecologia. Um maior diálogo e articulação entre Fonec e ANA poderia ser muito frutífero para debater questões importantes a serem aprofundadas pelos movimentos da agroecologia e da educação do campo, como por exemplo: Quais foram as conquistas no campo das instituições e das políticas públicas que são frutos das lutas por um projeto democratizante de sociedade? Como foi e como é atualmente a relação entre a sociedade e o Estado e quais as oportunidades e as ameaças para a construção das propostas e experiências concretas de agroecologia e educação do campo? Como o Estado atuou e atua para o financiamento público das iniciativas e quais as rupturas e ameaças decorrentes das mudanças no contexto político no país?

Para aqueles que se colocam junto com a classe trabalhadora é importante disputar a leitura da natureza da crise vivenciada na atualidade e as saídas. É

importante fortalecer a capacidade de diálogo dos setores populares, no caso específico da ANA e do Fonec, contribuindo para a reversão da fragmentação do campo democrático e popular no Brasil. Há experiências acumuladas, aprendizados conquistados em cada uma dessas instâncias capazes de fortalecê-las mutuamente, sem prejuízo a sua especificidade. E de ampliar sua capacidade no diálogo mais amplo com a sociedade.

Na conjuntura atual, especialmente após os resultados das eleições gerais no país para a Presidência da República, Governos Estaduais e a composição do Congresso Nacional, onde tendem, pelo menos a primeira vista, a avançar pautas de grande impacto nas condições de reprodução social das populações no campo, a luta pela democracia assume grande centralidade política na pauta dos movimentos populares, não só em termos de conter os retrocessos em curso, mas na construção de um projeto popular para o país.

Nos 30 anos da Constituição Brasileira, nossa frágil democracia vive atualmente grande risco de instauração de um regime de segregação, violência e desrespeito aos direitos civis, sociais, ambientais e econômicos de grande parte da população e ao mesmo tempo de

ampliação das propostas neoliberais. É de grande relevância, neste momento, desenvolver novas estratégias de articulação dos movimentos sociais e ampliar continuamente uma esfera pública destinada a debater a importância da agroecologia e da educação do campo para o conjunto da sociedade, assim como a necessidade de promover políticas públicas destinadas à sua ampliação e consolidação.

## Referências

Alentejano, P. R. R. (2011). Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia. *Terra Livre*, 1(36), 116-142.

Almeida, J. (1997). Da ideologia do Progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável. In Almeida, J., & Navarro, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável* (pp. 33-55). Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS. <https://doi.org/10.31692/2526-7701.iicointerpdivagro.2017.00516>

Altieri, M. (2002). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba, RS: Agropecuária.

Articulação Nacional de Agroecologia (2006). Carta Política do II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. Recuperado a 9 de maio de 2019 em [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta\\_IIENA.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IIENA.pdf)

Articulação Nacional de Agroecologia (2006). *Anais do III ENA: Encontro Nacional de Agroecologia*. - Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA.

- Bottomore, T. (2012). *Dicionário do Pensamento Marxista*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brum, A. J. (1988). *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, RJ; Ijuí, RS: Vozes; Fidene.
- Caldart, R. (2016). Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In Pires, J. H., Novaes, H. T., Mazin, A., & Lopes, J. (Orgs.). *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia* (pp. 263-328). Vol. III. São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 257-264). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.
- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. (2013). *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO*. Brasília, DF: MDS; CIAPO.
- Cover, M., & Cerioli, P. R. (2015). Juventude rural e modelos de desenvolvimento agrário. In Leão, G., & Antunes-Rocha, M. I. (Orgs.). *Juventudes do Campo* (pp.53-68). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Delgado, G. C. (2010). A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In Carter, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil* (pp. 81-112). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Fernandes, B. M. (2012). Território Camponês. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. (pp. 744-748). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.
- Fernandes, B. M. (2006). Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In Molina, M. C. (Org.). *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão* (pp. 27-39). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Ferrari, E. A., Silva, M. G., Marques, E. M. D., & Barrella, T. P. (2018). Licenciatura em Educação do Campo/Licena/UFV: Concepções teóricas e práticas pedagógicas. In Sousa, J. V., Botelho, A. F., & Griboski, C. M. (Orgs.). *Produção do conhecimento e educação do campo na expansão da educação superior* (pp. 344-361). Anápolis, GO: Ed. UEG.
- Ferrari, E. A. (2017). *Em busca de liberdade e autonomia: agricultura familiar camponesa e agroecologia*. Balti, MD: Novas Edições Acadêmicas.
- Fórum Nacional de Educação do Campo (2012). *Manifesto à Sociedade Brasileira*. Recuperado a 9 de maio de 2019 em [http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/forum-nacional-de-educacao-do-campo-manifesto-a.pdf/at\\_download/file](http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/forum-nacional-de-educacao-do-campo-manifesto-a.pdf/at_download/file)
- Fórum Nacional de Educação do Campo (2013). *Oficina de Planejamento 2013 – 2014. Relatório Síntese das conclusões e proposições*. Recuperado a 9 de maio de 2019 em <http://livrozilla.com/doc/719385/f%C3%B3rum-nacional-de-educ%C3%A7%C3%A3o-do-campo-%E2%80%93-fonec>
- Fórum Nacional de Educação do Campo (2012). *III Seminário Nacional. Documento Final*. Recuperado a 9 de maio de 2019 em <https://eventocantu.files.wordpress.com/2016/08/fonec2015.pdf>

Frigotto, G. (2010). Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: Desafios de conteúdo e forma. In Munarin, A., Beltrame, S., Conde, S. F., & Peixer, Z. (Orgs.). *Educação do campo. Reflexões e perspectivas* (pp. 19-46). Florianópolis, SC: Insular.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782011000200005>

González de Molina, M. (1992). Agroecología: bases teóricas para una historia agraria alternativa. *Agroecología y Desarrollo*, (4), 22-31.

Gramsci, A. (2004). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. (Ed. e Trad. Coutinho, C. N.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Hecht, S. (2002). A evolução do pensamento agroecológico. In Altieri, M. (Ed.). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (pp. 15-30). Guaíba, RS: Agropecuária.

Molina, M. C., & Sá, L. M. (2012). Escola do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 324-331). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.

Monteiro, D., & Londres, F. (2017). Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In Sambuichi, R. H. R., Moura, I. F., Mattos, L. M., Ávila, M. L., Spínola, P. A. C., & Silva, A. P. M. (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável* (pp. 53-83). Brasília, DF: IPEA.

Oliveira, L. M. T., & Campos, M. (2012). Educação Básica do Campo. In Caldart, R.

S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 237-244). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.

Padula, J., Cardoso, I. M., Ferrari, E. A., & Dal Soglio, F. K. (2013). Os caminhos da agroecologia no Brasil. In Gomes, J. C. A., & Assis, W. S. (Eds.). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais* (pp. 37-72). Brasília, DF: Embrapa.

Petersen, P., & Dias, A. (2007). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia). Rio de Janeiro, RJ: Articulação Nacional de Agroecologia; Gráfica Popular.

Petersen, P., & Almeida, S. G. (2006). *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro- uma perspectiva a partir da Rede PTA* (versão provisória). Rio de Janeiro: AS-PTA.

Ploeg, J. D. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Agriculturas* (Edição Especial: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro), 17-31.

Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. (Trad. Pereira, R.). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.

Semeraro, G. (2017). A concepção revolucionária em Gramsci: uma análise do caderno 13. *Movimento-Revista de Educação*, 4(6), 34-53. <https://doi.org/10.22409/mov.v0i6.358>

Semeraro, G. (2006). *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.



Wezell, A., Bellon, S., Dore, T., Francis, C., Vallod, D., David, C. (2009). Development Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(4), 503-515. <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>

<sup>i</sup>O “movimento agroecológico” e o “movimento da educação do campo” são assumidos aqui como um movimento social, tal como propõe Gohn (2011), como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. (p. 335).

<sup>ii</sup>Hegemonia na acepção de Gramsci de que nas condições modernas uma classe social mantém seu domínio não só através da força de coerção, mas por ser capaz de ir além dos seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites (Bottomore, 2012).

<sup>iii</sup>Para uma compreensão do conceito “Agricultura Familiar Camponesa” ver discussão em Ferrari (2017).

<sup>iv</sup> Uma discussão mais aprofundada do conceito de “Agroecologia” pode ser vista em Hecht (2002) e Altieri (2002).

<sup>v</sup> Especialmente as obras de Paulo Freire tiveram grande influência, com destaque para seu livro “Extensão ou comunicação?”.

<sup>vi</sup> Como “escola unitária” Gramsci (2004, p. 33) propõe uma “... escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”.

<sup>vii</sup> A grande maioria dos participantes dos ENAs é composta de camponeses(as) sujeitos das experiências, que praticam a agroecologia nos rincões espalhados por todo o país. Os demais são técnicos/as, assessores/as, professores/as, estudantes e alguns poucos convidados de organizações governamentais ou parceiros da ANA.

<sup>viii</sup> Uma discussão mais detalhada a respeito pode ser encontrada em Monteiro e Londres (2017) e Petersen e Almeida (2006).

<sup>ix</sup> O Fonec faz severas críticas ao Pronatec e Pronatec Campo em seu relatório de planejamento 2013/2014 e é justamente esta uma das iniciativas de promoção da agroecologia na educação que consta no I PLANAPO.

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 10/04/2019

Aprovado em: 04/05/2019

Publicado em: 17/10/2019

Received on April 10th, 2019

Accepted on May 04th, 2019

Published on October, 17th, 2019

**Contribuições no artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Eugênio Alvarenga Ferrari



<http://orcid.org/0000-0002-8590-5305>

Marcos Marques de Oliveira



<http://orcid.org/0000-0002-7451-558X>

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Ferrari, E. A., & Oliveira, M. M. (2019). Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e6701. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6701>

ABNT

FERRARI, E. A.; OLIVEIRA, M. M. Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 4, e6701, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6701>